

## EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: uma conquista no movimento negro

Ivone Ferreira da Fonseca Machado<sup>1</sup>  
Maria Luiza Gomes Vasconcelos<sup>2</sup>

**Resumo:** Este estudo traz algumas considerações sobre a Educação Escolar Quilombola no Brasil, apresenta-se o contexto histórico da implantação da Educação Escolar Quilombola, e ainda uma discussão sobre as dificuldades enfrentadas desde sua implantação; serão apresentadas diversas particularidades dos movimentos sociais que desencadearam lutas para que o negro fosse incluído na sociedade brasileira. Por meio dessas ações realizadas pelos movimentos sociais, principalmente o Movimento Negro, várias conquistas foram estabelecidas mediante políticas públicas educacionais. Este estudo possui caráter bibliográfico, a abordagem qualitativa, com finalidade de aprofundar e compreender mais sobre o tema. Deste modo, como amparo teórico, trouxemos varios autores que colaboraram para que este estudo fosse concretizado. Traremos também as dificuldades que a Educação Escolar Quilombola tem enfrentado desde sua implantação.

**Palavras-chave:** Educação. Educação Escolar Quilombola. Movimento Negro.

## QUILOMBOLA SCHOOL EDUCATION: an achievement in the black movement

**Abstract:** This study brings some considerations about Quilombola School Education in Brazil, presents the historical context of the implementation of Quilombola School Education, and also a discussion about the difficulties faced since its implementation; Various particularities of the social movements that triggered struggles for black people to be included in Brazilian society will be presented. Through these actions carried out by social movements, mainly the Black Movement, several achievements were established through public educational policies. This study has a bibliographical character, a qualitative approach, with the purpose of deepening and understanding more about the topic. Therefore, as theoretical support, we brought several authors who collaborated to make this study a reality. We will also discuss the difficulties that Quilombola School Education has faced since its implementation.

**Keywords:** Education. Quilombola School Education. Black Movement..

## EDUCACIÓN ESCOLAR QUILOMBOLA: un logro en el movimiento negro

**Resumen:** Este estudio trae algunas consideraciones sobre la Educación Escolar Quilombola en Brasil, presenta el contexto histórico de la implementación de la Educación Escolar Quilombola, y también una discusión sobre las dificultades enfrentadas desde su implementación; se presentarán diversas particularidades de los movimientos sociales que desencadenaron las luchas por la inclusión de los negros en la sociedad brasileña. A través de estas acciones realizadas por los movimientos sociales, principalmente el Movimiento Negro, se establecieron varios logros a través de las políticas públicas educativas. Este estudio tiene un carácter bibliográfico, de enfoque cualitativo, con el propósito de

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela Faculdade de Inhumas/Centro Universitário Mais – UNIMAIS (2024). Professora da Secretaria Estadual de Educação do Estado de Goiás. E-mail: ivone.machado@aluno.facmais.edu.br

<sup>2</sup> Possui doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2015). Atualmente é professor - Secretária do estado da Educação e docente do PPGE da Faculdade de Inhumas. Email: maria@facmais.edu.br

profundizar y comprender más sobre el tema. Por ello, como sustento teórico, trajimos a varios autores que colaboraron para hacer realidad este estudio. También discutiremos las dificultades que la Educación Escolar Quilombola ha enfrentado desde su implementación.

**Palabras clave:** Educación. Educación Escolar Quilombola. Movimiento Negro.

## Introdução

As comunidades quilombolas no Brasil são grupos étnicos que surgiram como resultado da resistência dos afrodescendentes que foram escravizados durante os períodos colonial e pós-colonial. Essas comunidades têm uma importância significativa na história e na cultura afro-brasileira. Elas foram formadas principalmente por indivíduos que fugiam da escravidão nas plantações de cana-de-açúcar e nas minas de ouro durante o período colonial.

De acordo com a Fundação Cultural Palmares<sup>3</sup>/FCP (2023), que é responsável por certificar a autoidentificação como quilombola, já são aproximadamente três mil comunidades validadas no Brasil. Ainda possuem várias outras comunidades com processos de certificação abertos, aguardando análise, visita ou em fase de complementação de documentos. Embora a FCP não delimite territórios, destacamos que as comunidades quilombolas são parte integrante da herança cultural e histórica do Brasil, representando a resistência e a resiliência dos afrodescendentes durante a escravidão e contribuindo para a riqueza da diversidade cultural do país.

Após a aprovação do artigo 68 da Constituição Federal de 1988 o silêncio sobre a existência e a história desses territórios e povos começou a ser rompido. Esse documento legal fortaleceu a luta quilombola pela reocupação e posse das terras ancestrais e assumiu implicações mais amplas, como aspectos étnicos-históricos, antropológicos e culturais.

Os quilombos têm origens territoriais variadas. Ocupação de terreno baldio, herança, transferência, legado, aquisições, e podem estar em áreas rurais ou urbanas. As paisagens humanas e sociais são multiculturais e multiétnicas. No entanto, existem sinais que representam identidade, como: Trajetória histórica, vínculos territoriais ou mesmo pertencentes aos ancestrais negros de resistência à escravidão.

Importa lançar um novo olhar sobre os compromissos sociais, políticos e educativos

---

<sup>3</sup> “Instituição pública voltada para promoção e preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira. [...] A FCP é referência na promoção, fomento e preservação das manifestações culturais negras e no apoio e difusão da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da História da África e Afro-Brasileira nas escolas”. Disponível em: [https://www.gov.br/palmares/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/copy\\_of\\_estrutura-organizacional](https://www.gov.br/palmares/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/copy_of_estrutura-organizacional). Acesso em: 07out. 2023.

dos povos que vivem nestas regiões, tornando-os não só portadores de saberes e donos das suas próprias histórias e práticas culturais. Entre os direitos, a luta pela educação está na lista de desejos do povo Quilombola. A educação ainda é vista por muitos como o único meio de ascensão social, de reconhecimento pessoal e de qualificação para o exercício da cidadania íntegra.

Porém, para que a escola cumpra sua missão de construção e compartilhamento do conhecimento e atenda às expectativas da comunidade quilombola, por um lado ela precisa afirmar valores históricos, culturais e identitários em suas práticas estudantis de um lugar que construa com eles uma educação e uma aprendizagem democrática, inclusiva, antirracista, libertadora, preparando-os para uma participação igualitária na sociedade enquanto impulsiona a transformação em suas próprias comunidades.

Este artigo pretende estudar as políticas públicas de implantação da Educação Escolar Quilombola e verificar quais dificuldades à Educação Escolar Quilombola tem enfrentado desde sua implantação e como o Movimento Negro foi importante para que esse processo acontecesse.

Antes de tudo, é importante ressaltar que as DCNEEQ entendem que a EEQ é o estudo realizado nas instituições de ensino localizadas dentro das Comunidades Remanescentes dos Quilombos (CRQ), o que exige a organização do currículo de acordo com as características históricas, sociais e culturais de cada região.

A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural (Brasil, 2012, p. 1).

Desenvolver políticas educacionais específicas para as CRQ é uma forma de reconhecer e compensar a histórica falta de visibilidade de grupos étnicos excluídos dos projetos nacionais de educação. No entanto, essa ação positiva só tem efeito prático se seu objetivo principal for criar condições efetivas de superação e eliminação de situações vivenciais. Garantir políticas públicas positivas para grupos étnicos (tema tratado na Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial e a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância) que sofrem com

desigualdades históricas depende não apenas de regulamentações legais e formais, mas também da dinâmica social, dos conflitos políticos e da vida cotidiana. Portanto, a política educacional da Escola Quilombola não está alheia a esses conflitos.

Com esse mesmo entendimento Santos (1999), ressalta que a ação afirmativa visa assegurar a igualdade de oportunidades e de tratamento, eliminando as desigualdades históricas e compensando as perdas sofridas em casos de discriminação com base em raça, etnia e outros motivos. Em outras palavras, essas medidas visam neutralizar os efeitos produzidos por traços no passado.

Apesar da existência de leis e normas destinadas a corrigir as desigualdades sociais causadas pelo racismo institucional, esse preconceito permanece sensível e desestimula a implementação de políticas públicas contra determinados grupos. A escolarização quilombola é uma política positiva voltada para a superação das injustiças históricas infligidas a essa etnia. Para atingir esse objetivo, políticas proativas não apenas permitirão que os alunos quilombolas frequentem a escola, mas também garantirão sua coerência e sucesso acadêmico, garantindo que a escola seja uma parte significativa de suas vidas.

Metas e projetos de universalização da educação básica no Brasil não contemplam os quilombolas, demonstrando a histórica marginalização dessa etnia nos projetos nacionais de educação. No entanto, a implementação de políticas educacionais proativas pelas escolas quilombolas não devem ser vista como uma solução mágica para a educação dos alunos quilombolas, mas sim como uma solução concreta que visa corrigir desigualdades históricas no contexto da educação, diversidade étnica e cultural e não a explorar para encobrir as desigualdades existentes. As escolas quilombolas não atendem apenas alunos quilombolas negros, portanto, conceitos como cultura, diferença, identidade e diversidade devem ser levados em consideração na construção dos currículos escolares dessas escolas.

Os currículos escolares refletem o poder de determinados grupos sociais para determinar qual conhecimento é reconhecido e oficial, enquanto ignoram outros grupos cujas vozes são ouvidas com sucesso. As políticas neoliberais subjacentes ao currículo propõem uma homogeneização de valores e ideais para avaliar a qualidade educacional, e um currículo comum em uma sociedade heterogênea não é, portanto, uma receita para a coesão. A única maneira de alcançar a unidade é reconhecer abertamente as diferenças e desigualdades que

existem na sociedade. Reconhecendo essa distinção, o diálogo sobre o currículo deve ser altamente valorizado (Apple, 2001).

Os currículos escolares precisam ser repensados com foco na visibilidade e conscientização das características históricas, sociais e culturais das CRQs. Para isso, é preciso considerar a diversidade etnocultural e as desigualdades socioeconômicas, raciais e educacionais que determinam o espaço que cada indivíduo deve percorrer. A diversidade precisa ser abordada dentro de uma estrutura política crítica comprometida com a justiça social (Mclaren, 1997). Argumenta-se que as políticas educacionais voltadas para o CRQ deveriam contextualizar o conteúdo escolar em vez de minimizá-lo ou eliminá-lo sob a alegação de que ele pertence à cultura universal. É necessária uma abordagem curricular que reconheça as peculiaridades históricas e socioculturais das CRQs. Isso inclui a organização de comunidades, conflitos e lutas, e seus papéis como protagonistas da história.

A diversidade etnocultural não pode ser descontextualizada e incorporada aos currículos escolares. É preciso reconhecer que as vozes foram silenciadas, omitidas ou estereotipadas no passado, limitando suas presenças e potências. É importante, portanto, reconhecer as identidades dos alunos quilombolas e as diferenças que os compõem, e romper com o modelo curricular que estratifica povos e culturas e seleciona etnias como critérios de beleza e inteligência. Desta forma, coordenadas se cruzam e seguem linhas de respeito mútuo pela diferença, formando assim a identidade de cada sujeito. A escolarização quilombola protege a diversidade sociocultural e étnica do Brasil. Isso pode ser gerido com base no reconhecimento e respeito às diferenças e sobrevivência da luta individual pela sobrevivência, incluindo aqueles que foram social e historicamente marginalizados e privados de seu direito básico à cidadania.

É importante elaborar um currículo escolar que reforce e desenvolva atitudes críticas baseadas nas vozes que foram e são silenciadas. Salientamos, conforme Moreira et al. (2003), que o currículo escolar é a criação e a seleção de conhecimentos e práticas que se realizam em situações e dinâmicas específicas da sociedade, da política, da cultura e da mente. Ainda, segundo Sacristán (2000, p. 202), “o currículo se expressa em usos práticos, que, além disso, tem outros determinantes e uma história”. Isso requer a construção de um currículo que mais se aproxime da realidade dos alunos quilombolas, permitindo que os alunos questionem criticamente suas próprias realidades e criem negociações para intervir e mudar essas

realidades. Esse tipo de currículo legitima as vozes, experiências e histórias que os alunos quilombolas usam para dar sentido ao mundo, enquanto relatos representativos e materiais da vida cotidiana quilombola fornecem uma base para repensar a inclusão social.

As escolas enfrentam desafios em um contexto em que os alunos estão cada vez mais expostos a referências culturais globais e as identidades dos adolescentes são afetadas por elas. Ao mesmo tempo, as escolas também são chamadas a contribuir para o fortalecimento e reconhecimento das culturas locais que resistem às pressões da homogeneização cultural global, buscando maneiras de conciliar as influências globais com a valorização do local e do diferente.

### **O Contexto Histórico da implantação da Educação Escolar Quilombola no Brasil**

O ano de 2003 foi particularmente importante para a educação das relações étnico-raciais em geral e para a Educação Escolar Quilombola em particular. Algumas legislações deram início a essas regulamentações, tais como a Lei nº 10.639/03, e o Decreto nº. 4.887/03.

Em seu Art. 26-A a Lei nº 10.639/03 estabelece o seguinte texto:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras (Brasil, 2003, p.1).

O Artigo 26-A estabelece a obrigatoriedade do ensino sobre a temática mencionada em todos os estabelecimentos de ensino fundamental e médio, sejam eles públicos ou privados. É destacado que o conteúdo programático deve englobar uma variedade de aspectos, como a História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e a contribuição do povo negro para a formação da sociedade nacional. Essa abordagem é essencial para o reconhecimento e valorização da história e herança cultural dos afro-brasileiros, que desempenham um papel significativo na construção do país.

O Artigo também enfatiza que esses conteúdos não devem ser abordados de forma

isolada, mas sim integrados em todo o currículo escolar, especialmente nas áreas de Educação Artística, Literatura e História Brasileiras. Isso evidencia a importância de incorporar o conhecimento sobre a História e Cultura Afro-Brasileira de maneira transversal, possibilitando que os estudantes compreendam a diversidade e a riqueza da herança cultural do Brasil. Esse avanço representa um passo importante na promoção da igualdade racial e na valorização da diversidade cultural do país, garantindo que o conhecimento sobre a História e Cultura Afro-Brasileira seja uma parte integral da educação escolar.

Outro fato importante foi o decreto que determinou a nova competência do Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, o Decreto nº 4.887/03, traz nos Art. 3º e 4º, os textos:

Art. 3º Compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 4º Compete à Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, assistir e acompanhar o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o INCRA nas ações de regularização fundiária, para garantir os direitos étnicos e territoriais dos remanescentes das comunidades dos quilombos, nos termos de sua competência legalmente fixada (Brasil, 2003, p.1).

Essas legislações, respectivamente, exigem a inclusão da história e cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar, e regulamenta a titularidade das terras ocupadas por comunidades quilombolas e a criação da Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial/SEPPIR, também em 2003.

Vale ressaltar que o ano de 2003, particularmente, foi decisivo para a ampliação das políticas públicas educacionais, uma vez que se passou a os direitos dos negros no Brasil. A partir deste ano, houve a implantação de diversos programas em assistência as comunidades negras, além da constante discussão de melhorias.

Por conseguinte, em 2004 foi emitida a Resolução CNE/CP nº 1 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino das relações étnicas e raciais, o componente histórico curricular e o ensino da cultura afro-brasileira e africana, ainda foi lançado o programa Brasil

Quilombola, também desenvolvido pela SEPPIR, além da institucionalização da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/SECADI. Todas essas ações propiciam uma discussão em torno da EEQ.

Nesse cenário, é importante destacar a relevância do movimento negro, de acordo com Gomes (2017, p. 23 e 24) compõe-se das “mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade”. Esse movimento se dedica a combater os preconceitos e a discriminação racial existentes na sociedade, incluindo a busca pelo acesso à educação formal. Isso ocorre porque a produção do conhecimento é um aspecto essencial para a vida em sociedade e é usada como critério de seleção e exclusão no mercado de trabalho.

A partir da década de 80, movimentos negros passaram a defender a EEQ, já que a escola pode reproduzir o racismo através da sua estrutura e conteúdo, como é o caso dos livros didáticos que frequentemente apresentam a história do ponto de vista do homem branco, ignorando as demais populações. Ao valorizar a cultura da população negra e empoderar seus estudantes, as escolas quilombolas buscam combater esse contexto e diminuir a propagação do racismo.

Essa mobilização nas últimas duas décadas resultou em discussões sobre a mudança do modelo educacional das escolas nas comunidades quilombolas. Hanchard (2001) enfatiza a crescente importância do movimento negro durante os anos 1980, por meio da criação e estabelecimento do Movimento Negro Unificado, que via a luta contra o racismo como inseparável da luta de classes e do enfrentamento do sistema capitalista.

Vale salientar que o movimento negro vem lutando por seus direitos há anos. Segundo Domingues,

[...] a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural (Domingues, 2007, p. 102).

De acordo com Domingues (2007), o movimento negro entrou em sua primeira fase entre 1889 e 1937, tendo como referência a Proclamação da República, mas mesmo um ano após a abolição da escravatura, esse sistema político não proporcionou benefícios materiais e simbólicos à população negra. Os escravos, agora libertos, bem como seus descendentes,

permaneceram marginalizados na sociedade. Vários movimentos de mobilização racial, como associações e sindicatos, foram estabelecidos em vários estados para combater a exclusão.

O autor ressalta que o movimento negro evoluiu significativamente em 1931 com a formação da Frente Negra Brasileira (FNB) que surgiu em São Paulo, organização com demandas políticas conscientes que se posicionou como a mais forte do país. A FNB tinha grupos em vários estados e transformou esse movimento numa organização com mais de vinte mil membros. Por sua grande importância e organização avançada, ele fez arranjos financeiros para apoiar a escola, grupos de música e teatro, times de futebol, departamento jurídico e prestação de serviços médicos e odontológicos, cursos de educação política, e o jornal A Voz da Raça. Em 1936, a FNB tornou-se um partido político com vista a participar das próximas eleições, mas com a instauração da ditadura ela e outras organizações políticas foram dissolvidas.

Um novo período desse movimento aconteceu entre 1937 e 1964. Mesmo com a possibilidade de repressão política, mantida durante o Estado Novo, o ressurgimento do movimento negro teve como importantes agrupamentos o Teatro Experimental do Negro<sup>4</sup> (TEN), que surgiu em 1944 no Rio de Janeiro com a proposta de criar um grupo de teatro formado apenas por negros, e a União dos Homens de Cor, que objetivava aumentar o padrão financeiro dos negros no país. Com isso, o grupo assumiu um caráter mais amplo e teve como principais atividades a edição do jornal Quilombo, a oferta de cursos de alfabetização, costura e bordado, a fundação do Instituto Nacional do Negro e do Museu do Negro e, em 1950, a organização do Primeiro Congresso do negro brasileiro.

Em sua terceira fase, de 1978 a 2000, houve a reestruturação da política, a melhora dos movimentos estudantis, populares e sindicais, além da criação do Movimento Negro Unificado e em seguida o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial com vistas a realização de movimentos políticos que combatessem a discriminação racial, a violência, a marginalização e o desemprego do negro (Domingues, 2007).

Desta forma, esse movimento iniciou suas atividades no campo da educação pesquisando o conteúdo nocivo dos livros didáticos, capacitando professores para a prática do

<sup>4</sup> “As dificuldades financeiras [...] selaram a história do TEN, no ano de 1961”. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/teatro-experimental-do-negro-ten>. Acesso em: 07out. 2023.

uso da internet, avaliando o papel do negro no Brasil e tentando incluir o ensino da história da África nas escolas. Também foram feitas tentativas de resgatar as culturas ancestrais, incorporando padrões de beleza, vestimenta, culinária e religiões africanas. Os movimentos e grupos que surgiram após a abolição da escravatura sempre lutaram contra a discriminação racial e continuaram tentando fortalecer a identidade do negro, sem falar nas questões que preocupam o negro ainda na sociedade brasileira (Gomes, 2011).

### **Políticas Públicas**

A criação de uma política pública de ação afirmativa pode ser compreendida no recente regime jurídico que rege a formação quilombola no Brasil. A educação em seu sentido mais amplo é entendida como política pública social, que é dever do Estado, mas não apenas concebida por ele, portanto, em diferentes sociedades, eles têm diferentes características e diferentes entendimentos do Estado (Höflig, 2001).

A escolarização quilombola foi realizada a partir de debates educacionais iniciados na década de 1980, fortemente mobilizadas e direcionadas contra a construção da ação social das escolas que atendem tais comunidades. Com isso, ficaram evidentes os problemas de garantia de acesso ao ensino público e de horizontalidade das relações dentro das escolas. O movimento de identidade social passou a denunciar o papel da escola na expressão, influência e reprodução do racismo, além da discriminação presente no desenho curricular e nos livros didáticos (Miranda, 2012).

É compreensível que as tensões do movimento negro tenham levado à criação das Diretrizes Curriculares Nacionais para as Escolas Quilombolas em 2012. Foi elaborado com base nas diretrizes dos currículos nacionais gerais da educação básica. As diretrizes estipulam que a EEQ deve ser desenvolvida em unidades educacionais estabelecidas no país de origem, com base na cultura dos antepassados, utilizando-se de leis de ensino próprias e de acordo com as próprias leis de ensino reconhecendo e valorizando cada comunidade. As ações públicas dirigidas a esses povos tradicionais estão inter-relacionadas com aspectos históricos, sociais, culturais, políticos, econômicos e educacionais, tendo como referência os primórdios da formação dos quilombos no Brasil. A EEQ é, portanto, destinada aos negros e sua implementação implica em consulta prévia das autoridades às comunidades pertinentes e suas organizações.

O movimento negro começou a lutar pelas garantias dos quilombolas e criou as reivindicações das comunidades no cenário público e político do país, condenou as situações de desigualdade e discriminação e recomendou a educação escolar dos quilombolas, que pode ser realizada em todo o território do Brasil, refletindo sobre as realidades de sua nação, que permaneceram invisíveis ao longo da história da política educacional. O principal processo foi a coordenação nacional de estruturação das comunidades negras quilombolas rurais, que, juntamente com algumas organizações locais, foi responsável por pressionar o estado a buscar atendimento educacional de acordo com as realidades quilombolas. No processo de luta comunitária, vários avanços foram conquistados pelos direitos dos quilombolas, incluindo o direito à identidade étnico-racial, à educação e ao terreno.

A construção das identidades étnico-raciais se baseia nas lutas do povo quilombola e incorpora suas memórias, ancestralidade e saberes tradicionais. Também está relacionado à história de resistência, que varia de acordo com os detalhes de cada comunidade. Associados a isso estão os contextos violentos de discriminação e preconceito racial que tornam a identidade quilombola compreensível por sua dinâmica e mutabilidade. O direito à terra sempre foi uma questão importante. No Brasil, os negros foram impedidos de terem propriedades. Os quilombos, combatidos pelo governo e proprietários de escravos, caracterizam assim o quão acirrado e frequente tem sido a luta pela manutenção de seus territórios. Em relação aos direitos territoriais quilombolas, pode-se destacar que o termo é entendido como a experiência de uma comunidade em uma determinada área e consiste em uma ação coletiva que também tem uma demonstração de isolamento e poder em um determinado espaço. Assim, torna-se compreensível que a territorialidade tenha impacto direto na manutenção da identidade quilombola. Para os quilombolas, a terra é um símbolo de sustentação da vida, preservando memórias, tradições e valores ancestrais e lutando para garantir seus direitos territoriais e distintos (Brasil, 2013).

É visível que a criação da Educação Escolar Quilombola tenha atingido o estigma social da sub-integração dos cidadãos negros na sociedade e no sistema escolar. Apesar da sua existência e regulamentação, nem todas as comunidades têm escolas e a situação continua difícil por ser altamente precária tanto funcional como estruturalmente.

## Educação Escolar Quilombola na atualidade

Segundo dados do Censo da Educação Básica feita pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/INEP (2020), o Brasil possui 2.526 escolas quilombolas. Essas escolas estão localizadas em diferentes estados e atendem principalmente comunidades quilombolas certificadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA. Ainda, possui 275.132 mil alunos quilombolas, que são distribuídos em escolas de diversos estados do país e contam com o apoio de professores, coordenadores pedagógicos e diretores que são capacitados para atender às peculiaridades culturais e históricas da comunidade quilombola, totalizando 51.252 professores atuando nessas escolas.

As políticas públicas direcionadas à implementação da Educação Escolar Quilombola no Brasil têm desempenhado um papel crucial na promoção da igualdade e do respeito à diversidade cultural do país. Ao reconhecer as comunidades quilombolas e valorizar suas tradições, idiomas e saberes, o Estado busca garantir um acesso equitativo a uma educação de qualidade que leve em consideração as particularidades culturais e históricas desses grupos populacionais.

Essa abordagem manifesta-se por meio de medidas locais que visam fortalecer o ensino nas escolas quilombolas para criar um ambiente educacional que fomente a promoção dos povos quilombolas, contribuindo para a preservação de suas identidades e o desenvolvimento sustentável de suas comunidades. O caso da Educação Escolar Quilombola em Goiás exemplifica como as políticas públicas podem se tornar instrumentos de inclusão e reconhecimento, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O processo de universalização da educação e a preocupação com a educação popular foram muito lentos e ainda não foram totalmente realizados, deixando uma dívida social até hoje. Conforme Melo Neto (1999, p. 54), a educação popular é “um sistema aberto de trabalho educacional detentor de uma filosofia que, por sua vez, pressupõe uma teoria de conhecimento, metodologias dessa produção de conhecimento, conteúdos e técnicas de avaliação, sustentada por uma base política”. O autor ainda completa que o sistema aberto “é capaz de relacionar a educação com o popular; a escola ou todo o ambiente de aprendizagem com a sociedade”.

As desigualdades e conflitos presentes na sociedade também se manifestam na escola,

mas é importante desenvolver o debate educativo para a emancipação. A escola não pode mais tratar todos os alunos da mesma forma e transmitir uma suposta neutralidade nos conteúdos curriculares. As políticas foram introduzidas para a educação brasileira, incluindo a inserção dos afrodescendentes na sociedade e na escola.

A educação escolar destinada aos estudantes quilombolas enfrenta grandes desafios, uma vez que há uma grande variedade de necessidades e demandas a serem atendidas. Embora o reconhecimento da especificidade dessas comunidades tenha sido feito com a criação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e atenção dada às escolas quilombolas, bem como às que buscam atender às crianças dessas comunidades, ainda há muitas inseguranças e problemas a serem resolvidos, como a falta de recursos financeiros, falta de material didático específico e falta de formação docente adequada. Alguns avanços, como o incentivo do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), foram alcançados, mas ainda há muito a ser feito para garantir uma educação de qualidade para os estudantes quilombolas.

Para que a Educação Escolar Quilombola seja efetiva, é fundamental levar em conta as particularidades históricas, culturais, sociais, políticas, alimentares e identitárias que caracterizam as comunidades quilombolas. Isso implica na necessidade de um currículo escolar aberto, flexível e interdisciplinar que articule o conhecimento escolar com o conhecimento construído pelas próprias comunidades. Além disso, é importante uma gestão democrática da escola, envolvendo a participação das comunidades escolares, sociais e quilombolas, assim como a garantia da permanência dos alunos.

Parte dos desafios da implementação da Educação Escolar Quilombola está no currículo escolar e na sua organização. Para pensar a Educação Escolar Quilombola, precisamos fazer alguns questionamentos. Isso permitirá que se trabalhe na construção de indicadores que permitirão aprofundar as histórias e culturas desses grupos até então não compreendidas e apresentadas ativamente.

As valiosas contribuições do povo negro brasileiro em diversas áreas, como educação, música, culinária, esportes, tecnologia, saúde, e outras, não foram devidamente reconhecidas. Os quilombos ou comunidades remanescentes dessas organizações representam uma das formas mais fortes de resistência da população negra no Brasil. Para Munanga (2006), os quilombolas eram pessoas que se opunham à escravidão e resistiam ao sistema por meio de ações rebeldes e de luta.

Essas populações tinham histórias distintas e só foram oficialmente reconhecidas em 1988, após anos de silêncio e invisibilidade. O estado brasileiro permitiu esse silêncio ao não reconhecer esses grupos como parte da sociedade brasileira durante muito tempo.

Carvalho (2008) ressalta que na acepção ampla da palavra educação, que se refere à formação e socialização do indivíduo, ou na sua concepção restrita ao ambiente escolar, é importante reconhecer que toda educação é uma educação de alguém por alguém e sempre envolve comunicação, transmissão e aquisição de algum conteúdo, que pode incluir conhecimentos, competências, crenças, hábitos e valores. Esses elementos são considerados o conteúdo da educação.

Para desenvolver um currículo escolar que atenda às comunidades quilombolas, é necessário reconhecer e valorizar sua identidade e cultura. Isso significa identificar elementos que podem ser transformados em conteúdos escolares, em diálogo com essas comunidades. Além disso, é importante entender como as escolas estão organizadas nos territórios quilombolas e garantir o direito à educação para todos, independentemente de suas referências culturais. As crenças locais, alternativas de sobrevivência e cura, entre outras práticas importantes para as comunidades quilombolas, devem ser consideradas no currículo escolar, pois fazem parte de sua identidade e cultura, mesmo que sejam pouco conhecidas ou valorizadas pelos sistemas educacionais convencionais.

Assim, conforme Nunes (2010), uma abordagem educacional que esteja em sintonia com os objetivos emancipatórios das comunidades quilombolas, que vêm se desenvolvendo desde a época da escravidão, exige uma compreensão da história dessas comunidades como uma memória viva de sua vontade de mudança contínua. É essencial destacar a história das comunidades quilombolas para promover uma leitura do mundo que valorize a perseverança, sabedoria e solidariedade coletiva que são mantidas por ser um quilombola.

É fundamental desenvolver uma estratégia que permita engajar os membros das comunidades quilombolas de forma mais eficaz, caso se pretenda levar a sério a questão da educação dessas comunidades. De acordo com Stefanello (2017), o processo de ensino e de aprendizagem precisa ser desenvolvido com respeito às características locais, com foco na cultura. Isso permite que os conhecimentos sejam transmitidos e absorvidos de maneira dinâmica e contextualizada, valorizando as experiências dos alunos e incorporando essas

vivências no dia a dia escolar.

A escola não pode ignorar as comunidades quilombolas e as questões que as cercam, como as tensões sociais em torno do racismo, a pressão do latifúndio e do agronegócio por territórios e outros aspectos do cotidiano dessas comunidades. É responsabilidade da escola tratar essas questões de maneira coerente e reflexiva, não apenas para a população quilombola, mas para toda a sociedade. Isso é importante para uma reflexão crítica sobre esses problemas, com o objetivo de combater práticas como o racismo, a desigualdade social e o analfabetismo, que existem em nossa sociedade.

Considerando que os materiais didáticos são essenciais para o processo educacional, é importante pensar em como elaborar materiais que retratem as comunidades quilombolas de forma fiel e respeitosa, sem desconsiderar suas especificidades culturais e crenças. No entanto, isso se mostra como um obstáculo, já que os livros-texto costumam transmitir uma visão particular da sociedade, de sua história e cultura, legitimando essa perspectiva.

Os materiais didáticos disponíveis para as escolas brasileiras, incluindo os livros-texto, falham em reconhecer as diferenças culturais e regionais existentes, e, ao mesmo tempo, usam-se dessas chaves para impor uma visão única de história e cultura, favorecendo sempre uma parcela social. Esse comportamento perpetua uma visão da sociedade em que uma parcela social é considerada eternamente vitoriosa, e contribui para a naturalização desse fato pela sociedade em geral, dificultando a percepção de que o sistema pode ser transformado. Isto gera consequências como a falta de consciência e a descrença em uma possível ruptura do sistema, por parte daqueles que são acolhidos por ele.

Assim, a história contada de forma absoluta concede um *status* natural de superioridade ao grupo privilegiado, representando uma visão de mundo e sociedade. A inclusão das comunidades quilombolas de forma positiva e a elaboração de materiais didáticos que consideram suas especificidades são entraves importantes, já que as editoras privadas escolhem o que deve ser ensinado ou não. Além disso, há uma diversidade significativa entre as próprias comunidades, com questões regionais, culturais e religiosas que precisam ser tratadas de forma diferenciada. O sistema público de ensino ainda enfrenta dificuldades para compreender a dinâmica vivida por essas comunidades, o que torna ainda mais difícil para as editoras privadas.

É preciso um processo coletivo e de interação mútua para elaborar materiais didáticos

mais inclusivos sobre as comunidades quilombolas. É importante fortalecer a concepção de Educação Escolar Quilombola, e não apenas uma educação voltada para os quilombolas, evitando assim reproduzir equívocos na abordagem das diversidades regionais. Um plano de ação para trabalhar com Educação Escolar Quilombola deve considerar a noção de território, prevalente nas áreas rurais e quilombolas. Essas escolhas não são uma acomodação a uma determinada realidade, mas uma captura de processos reais que podem fomentar uma crítica a partir do vivido.

Ainda, tem-se a necessidade de buscar informações mais concretas e atualizadas acerca das comunidades quilombolas, a fim de desenvolver materiais didáticos que levem em consideração suas particularidades culturais e regionais. É insuficiente simplesmente iniciar a criação de materiais educacionais destinados às comunidades quilombolas sem ter um entendimento aprofundado de suas características culturais e geográficas.

Segundo Campos e Gallinari (2017), “O livro didático, em sua maioria, apresenta em sua composição a história a partir do ponto de vista do homem branco, tornando invisíveis as demais populações negras”. É essencial reunir dados precisos e atualizados sobre essas comunidades, considerando fatores como história, tradições, línguas e desafios específicos que enfrentam em diferentes regiões. Somente por meio desse conhecimento mais detalhado será possível desenvolver materiais didáticos que sejam verdadeiramente relevantes e eficazes para a educação dessas comunidades. Esse enfoque garantirá que a educação oferecida seja mais adequada às necessidades e realidades das comunidades quilombolas, promovendo, assim, uma educação mais inclusiva e culturalmente sensível.

Historicamente, os quilombos foram locais onde a liberdade era vivenciada e os sonhos eram compartilhados. Para a Educação Escolar Quilombola alcançar uma mudança efetiva na luta contra a existência racial, é necessário que as comunidades tenham acesso a processos educacionais mais atraentes, onde possam contar suas próprias histórias de maneira a gerar orgulho individual e coletivo. Isso ajudará a produzir uma nova imagem dos quilombos e das comunidades quilombolas, para que crianças e jovens possam ver de forma positiva a participação de seus ancestrais na construção do país e tenham orgulho de pertencer a um povo com cultura, trajetórias e significados próprios, sem serem vistos como inferiores.

Compreende-se, a partir de diversas leituras, a experiência vivida nos quilombos, por

meio da observação de suas ações e atitudes. No entanto, é necessário analisar essa vivência de maneira mais científica e cuidadosa, reconhecendo que a realidade é dinâmica e está sempre em transformação. A partir dessa análise, compreende-se a importância da educação na transformação das ideologias racistas, embora não seja por meio dela que se provoca uma revolução social para acabar com as desigualdades entre capital e trabalho.

Portanto, o papel do trabalho na organização do desenvolvimento humano e da vida em sociedade é de extrema importância e apresenta contradições internas. Na sociedade capitalista, o trabalho pode aprisionar o sujeito social, mas também pode conduzi-lo à sua redenção. As contradições que o trabalho evidencia não estão limitadas apenas à luta de classes, mas também dentro de uma mesma classe, manifestando-se através das opressões. A alienação do trabalhador não se limita apenas à sua condição de mercadoria, mas também pode afetar sua relação com outras pessoas e com a sociedade em geral, o que impede que ele perceba a necessidade de uma identidade de classe para romper com essas deficiências.

### **Considerações Finais**

Este artigo lança luz sobre a importância das comunidades quilombolas no tecido social e cultural do Brasil, destacando sua resistência histórica e contribuições para a diversidade cultural do país. Ao longo do tempo, a luta por reconhecimento e acesso à terra ancestral foi fortalecida por documentos legais, como o artigo 68 do Ato de Transição da Constituição Federal de 1988, que impulsionou a busca por direitos étnicos, históricos e culturais mais amplos.

No entanto, apesar dos avanços legais, as comunidades quilombolas continuam a enfrentar desafios significativos, especialmente no campo da educação. A busca por uma educação que respeite e promova sua identidade cultural é fundamental para garantir sua participação igualitária na sociedade e o fortalecimento de suas próprias comunidades.

Destacou-se as dificuldades enfrentadas na implementação de políticas públicas de Educação Escolar Quilombola, tanto em nível nacional quanto estadual, e buscando ressaltar o papel crucial do Movimento Negro na promoção desse processo. Ao reconhecer e abordar esses obstáculos, podemos avançar em direção a uma educação mais inclusiva, democrática e antirracista, que prepare os jovens quilombolas para enfrentar os desafios do mundo

contemporâneo enquanto preservam e valorizam suas heranças culturais.

A pesquisa oferece uma visão abrangente e detalhada sobre a Educação Escolar Quilombola (EEQ) no contexto brasileiro, destacando a necessidade de políticas educacionais específicas que reconheçam e valorizem a diversidade cultural das Comunidades Remanescentes dos Quilombos (CRQs). A EEQ, conforme definida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ), demanda uma abordagem pedagógica que respeite e reflita as características históricas, sociais e culturais de cada região quilombola.

A implementação de políticas educacionais voltadas para as CRQs é reconhecida como uma medida crucial para enfrentar as desigualdades históricas encaradas por essas comunidades. No entanto, a eficácia dessas políticas vai além da simples promulgação de leis e regulamentos formais. Requer um compromisso prático com a superação das injustiças históricas e a promoção da igualdade de oportunidades e tratamento.

A pesquisa mostra a importância de reconhecer e valorizar as identidades dos alunos quilombolas, promovendo um diálogo interativo e crítico que inclua suas vozes e experiências. Isso envolve a construção de currículos escolares que se aproximem da realidade desses alunos, permitindo-lhes questionar criticamente suas próprias realidades e intervir para promover mudanças positivas em suas comunidades.

Além disso, o texto ressalta a necessidade de conciliar as influências culturais globais com a valorização das culturas locais, buscando maneiras de promover a inclusão social sem assimilar ou destruir a cultura quilombola. Esse equilíbrio delicado é essencial para garantir que as escolas possam contribuir efetivamente para o fortalecimento e reconhecimento das identidades culturais das comunidades quilombolas, enquanto preparam os alunos para enfrentar os desafios de um mundo cada vez mais globalizado.

Portanto, a EEQ não é apenas uma questão de políticas educacionais específicas, mas sim de compromisso social e político com a justiça, a igualdade e o reconhecimento das diversas identidades que compõem a sociedade brasileira. Por meio de uma abordagem inclusiva e sensível às necessidades das comunidades quilombolas, as escolas podem desempenhar um papel fundamental na promoção da igualdade e na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva para todos.

## Referências

APPLE, M. **Política Cultural e Educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

APPLE, M. W. **Ideologia e currículo**. Tradução Vinícius Figueira. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BRANDÃO, C. R. **A educação como cultura**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 22 de setembro 1988.

BRASIL. **Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim3353.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%203.353%2C%20DE%2013,Art..](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%203.353%2C%20DE%2013,Art..) Acesso em: 01 nov. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 de dezembro 1996.

BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Fundamental. **Uma história do povo kalunga**. Brasília: MEC; SEF; 2001.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm). Acesso em: 01 fev. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm). Acesso em: 01 fev. 2023.

BRASIL. **Decreto Executivo Nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 nov. 2003.

BRASIL. **Lei Nº 11.645, de 10 março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola**. Brasília, MEC/CEB, 2012.

BRASIL. MEC, CNE - **Resolução nº 08, de 20 de novembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica – Câmara da Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 01 fev. 2023.

BRASIL. **Secretaria de Políticas de Promoção e Igualdade Racial**. Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais. Guia de Políticas Públicas para comunidades tradicionais

quilombolas: Programa Brasil Quilombola. Brasília, DF: Seppir, 2013.

BRASIL. FCP. Fundação Cultural Palmares, 2023. **Certificação Quilombola**. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/certificacao-quilombola>. Acesso em: 07 out. 2023.

CAMPOS, Margarida. Cassia.; GALLINARI, T. S. **A educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil**. Revista Nera, n. 35, p. 199–217, 2017.

CARVALHO, José. Murilo. **Os bestializados da República**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de et al. **Gestão escolar**. Maringá: Secretaria de Estado da Educação do Paraná/ Universidade Estadual de Maringá, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **Educação cidadã, etnia, raça: o trato pedagógico da diversidade**. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2000.

GOMES, Nilma Lino. **Cultura Negra e Educação**. Revista Brasileira de Educação. São Paulo. N. 23 maio/jun/ago., 2003.

GOMES, N. L. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. In: BRASIL. Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/2003. Brasília: MEC, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas**. RBPAE, Goiânia, v. 7, n. 1, jan./abr. 2011, p. 109-121.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HANCHARD, Michael George. **Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945 – 1988)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cadernos Cedes, Campinas, a. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.

INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/>. Acesso em: 01 fev. 2023.

MELO NETO, José Francisco. **Educação Popular: uma ontologia**. In: SCOCUGLIA, Afonso Celso e MELO NETO, José Francisco de (Org.). Educação Popular – outros caminhos. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999.

MIRANDA, Shirley Aparecida. **Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre**

**ausências e emergências.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 17, n. 50, maio/ago. 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27523620007>. Acesso em: 15 fev. 2023.

MUNANGA, Kabengele. **O Negro no Brasil de Hoje.** São Paulo: Global, 2006.

NUNES, Georgina Helena. **Educação Escolar Quilombola: orientações e ações para educação das relações étnico-raciais.** Brasília: [s.n.], 2006.

NUNES, Georgina Helena Lima. **Educação Escolar Quilombola.** In: Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais. Brasília: SECAD, 2010. p.137-162.

PASSOS, Joana Celia dos. **Juventude negra na EJA: os desafios de uma política pública.** 2010. 339f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática.** Trad. ROSA, Ernani F. da F. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTOS, Hélio. **Políticas públicas para a população negra no Brasil.** Observatório da Cidadania, Rio de Janeiro: Ibase, n. 3, 1999.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **Sons negros com ruídos brancos.** In: ANPED et al. Racismo no Brasil. São Paulo: ABONG, 2002.

STEFANELLO, Lucimara Moro. **Integração das tecnologias de informação e comunicação (TIC) na classe multisseriada: em uma escola do campo: aproximações com o cotidiano do assentamento Alvorada.** Dissertação (Mestrado em Tecnologias Educacionais em Rede) – Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, p. 116. 2017.

VIDAL, Diana Gonçalves. **80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: questões para debate.** Educação e Pesquisa, São Paulo: FEUSP, v. 39, n. 3, p. 577-588, jul./set. 2013.

Submissão em: 29/05/2024

Aceito em: 06/02/2025

Citações e referências  
Conforme normas da:

